

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 429.668 - SP (2017/0327646-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : JOSÉ PAULINO TEIXEIRA NETTO
OUTRO NOME : JOSE PAULINO TEIXEIRA NETO
ADVOGADO : REGINALDO BARBAO - SP177364
AGRAVADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

1. Trata-se de agravo regimental interposto por JOSÉ PAULINO TEIXEIRA NETTO (ou JOSE PAULINO TEIXEIRA NETO) contra decisão monocrática desta relatoria, que denegou a ordem no *habeas corpus*, mantendo a prisão preventiva decretada em seu desfavor nos autos da Ação Penal n. 0006262-30.2017.8.26.0564.

Busca o a revogação da prisão cautelar entendendo, para tanto, que a decisão combatida "*violou o princípio do juiz natural*", uma vez que impossibilitou o exame da questão posta pelo Colegiado e, também, por "*impedir a realização de sustentação oral e, assim, de infirmar os termos da pretensão punitiva, ainda mais em matéria penal*" (e-STJ fl. 2.120).

Alega ainda o excesso de prazo para a formação definitiva da culpa, informando que "*os demais réus respondem ao processo em liberdade, todavia, a decisão que decretou a prisão de todos os réus foi a mesma, ou seja, decretou as prisões em uma única decisão, de forma genérica*" (e-STJ fl. 2.122).

Diante disso, requer a reconsideração da decisão agravada ou, não sendo este o entendimento, a concessão da ordem, mesmo que de ofício, para revogar a segregação decretada em seu desfavor.

É, em síntese, o relatório.

2. O agravo não merece prosseguir.

Isso porque, em consulta realizada no endereço eletrônico do Tribunal de origem, verificou-se que, em **5/2/2019**, foi efetuada a liberação do ora agravante, circunstância que evidencia a perda do objeto do presente recurso.

3. Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado o habeas corpus**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator